

Economia, Instituição e Desenvolvimento

Ementa do Curso

Professor

Gabriel Fiuza de Bragança

Cronograma

Aulas remotas:

04/09/24, quarta-feira,
19h00 às 21h30

08/10/24, quinta-feira, 19h00
às 21h30

Aulas presenciais:

12/09/24, quinta-feira, 13h00
às 20h30

13/09/24, sexta-feira, 13h00
às 16h30

17/10/24, quinta-feira, 13h00
às 20h30

18/10/24, sexta-feira, 13h00
às 16h30

Entrega do relato técnico escrito:

Até 10/11/2024

A análise de políticas públicas e regulatórias, assim como a correta compreensão de seus desdobramentos socioeconômicos, exige uma sólida base de Microeconomia e Finanças. O objetivo desse curso é introduzir ambos os temas sob uma perspectiva teórica e aplicada à Administração Pública, com especial ênfase nos setores de infraestrutura econômica e social.

A microeconomia é hoje a base econômica conceitual de várias áreas afins à Administração Pública como, por exemplo, a Defesa da Concorrência, Regulação Econômica, Governança, Desenvolvimento da Infraestrutura, Organização Industrial e Desenho de Instituições e Programas. A própria Macroeconomia, que diz respeito aos grandes agregados econômicos e que engloba campos tais como Política Monetária, Fiscal e Cambial, tem hoje como base a Microeconomia. Até mesmo os modelos macroeconômicos atuais, usados para estudar o comportamento da inflação, emprego, comércio exterior, crescimento econômico e temas como a Reforma Tributária, são micro fundamentados.

Quando conjugados com os princípios microeconômicos, os fundamentos de finanças nos ajudam a compreender e otimizar tomadas de decisões levando em conta as fundamentais dimensões do tempo e do risco. Temas caros ao gestor público como alocação de recursos, priorização de investimentos, parcerias público-privadas (PPPs), financiamento e gestão de dívida demandam uma capacidade analítica lastreada numa compreensão fluente dos fundamentos de Finanças.

Especificamente, o curso começará introduzindo a teoria do consumidor e da firma. Em seguida, discutirá o papel e o equilíbrio do mercado, levando em conta estruturas como concorrência perfeita, oligopólio e monopólio. Em seguida, aprofundaremos a discussão sobre potenciais falhas de mercado e eventuais impactos no bem-estar social. Em especial, trataremos de temas tais como externalidades, bens públicos, monopólios naturais e problemas informacionais. Concluiremos a primeira parte do curso discutindo alguns mitigadores de falhas de mercado e princípios da Regulação Econômica. A segunda metade do curso tratará dos fundamentos de Finanças. O objetivo é expor as principais teorias e ferramentas necessárias para o estudo da gestão de ativos financeiros, cobrindo conceitos básicos, teorias, aplicações e regras de tomada de decisão na análise de investimentos e financiamentos.

Ao fim, pretende-se que os alunos adquiram as bases necessárias de conhecimento econômico-financeiro, teórico e aplicado, para atuar de forma informada e eficiente nas atividades relacionadas ao setor público.

Objetivos do Curso

Discutir teorias e instrumentos de microeconomia e finanças que possam favorecer uma melhor compreensão e atuação junto ao Estado e à análise de políticas públicas e regulatórias, permitindo ao aluno avaliar criticamente ações públicas como reformas legais, assim como políticas setoriais e o financiamento de projetos.

Metodologia de Ensino

A disciplina será ministrada com base em exposições dialogadas, debates sobre casos concretos trazidos à sala de aula e apresentações de estudos desenvolvidos pelos alunos

Forma de Avaliação

A avaliação da disciplina será feita por meio de Relato Técnico elaborado em grupo de até 3 alunos, envolvendo análise de políticas públicas, reformas legais e/ou ações macro regulatórias, com ênfase nos setores de infraestrutura, com base nos conteúdos trabalhados, que foque nas implicações financeiras e nos incentivos econômicos gerados para o aumento do bem-estar social.

Serão usados os seguintes critérios para avaliação: Pertinência da proposição escolhida; Correta análise com base nos diversos conceitos estudados no curso; e Qualidade da redação e organização do texto (clareza, concisão, objetividade, estrutura formal, uso correto da língua portuguesa). A estrutura do trabalho está detalhada no Anexo I deste plano de ensino. A nota mínima para aprovação é 6.

Currículo resumido do Docente

Sócio sênior e CEO da Pezco Economics. Atuou recentemente como Secretário Adjunto e Interino da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI) do Ministério da Economia (ME) e como Conselheiro de Administração de Furnas. Tem cerca de 20 anos de experiência nos principais setores de infraestrutura, com atuação direta na construção, aprovação e regulamentação dos novos marcos legais de saneamento básico, telecomunicações e importantes normativos do setor elétrico e de transportes. É professor de instituições renomadas, com vários prêmios, capítulos de livro e artigos acadêmicos publicados no Brasil e no Exterior. É mestre em economia pela EPGE/FGV, mestre em matemática (com ênfase em finanças) pelo IMPA e doutor (PhD) em economia pela Victoria University of Wellington (VUW -NZ). Foi vinculado ao Instituto de Regulação e Defesa da Concorrência da NZ (ISCR) de 2008 até o seu encerramento em 2015. Atualmente é diretor de estudos do PSP-hub, *think tank* nas áreas de infraestrutura e urbanismo. Ver mais detalhes em: <https://www.linkedin.com/in/gabrielfiuzadebraganca/> e <http://lattes.cnpq.br/8610365554624537>.

PROGRAMA:

Módulo I – Introdução à Microeconomia

Importância do ferramental de microeconomia e finanças para a compreensão e atuação perante o setor público. Introdução à microeconomia. Princípios da teoria do consumidor. Princípios de teoria da firma. Estruturas de mercado – concorrência perfeita, oligopólio, monopólio puro e natural.

Compreender os fundamentos da teoria microeconômica e aplicações; compreender a teoria do consumidor e da firma e aplicações; conhecer o funcionamento das principais estruturas de mercado.

Leituras Obrigatórias

MANKIW, N.G. INTRODUÇÃO A ECONOMIA, 8 EDIÇÃO, SÃO PAULO, CENGAGE LEARNING, 2019.

VARIAN, H. MICROECONOMIA. 9 ED. RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2015. O PAULO, CENGAGE LEARNING, 2019.

Leituras Complementares

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; BEGG, D. (2003). Introdução à Economia: para cursos de Administração, Direito, Ciên

GOOLSBEE, A.; LEVITT, S.; SYVERSON, C. Microeconomia, 2 edição, São Paulo, ed Atlas, 2018. Ciências Humanas e Contábeis. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier.

DECKER, C. Modern Economic Regulation: An Introduction to the theory and practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Módulo II – Falhas de Mercado

Externalidades - direitos de propriedade, bens privados e bens públicos. Análise de bem-estar social. monopólios naturais. indústrias de rede. Informação Assimétrica, Seleção Adversa, Moral Hazard e sinalização.

Compreender as principais falhas de mercado, seu contexto e aplicação em setores de infraestrutura. Entender as questões de assimetria de informação envolvidas e o papel do comportamento estratégico dos agentes.

Leituras Obrigatórias

HANSENCLEVER, L.; KUPFER, D. Economia Industrial: fundamentos e práticas no Brasil, 3 edição (ebook), Rio de Janeiro, Gen Atlas, 2020

Leituras Complementares

DECKER, C. Modern Economic Regulation: An Introduction to the theory and practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

LAFFONT, J.J.; TIROLE, J. A theory of incentives in procurement and regulation. Cambridge: MIT Press, 1993.

Módulo III – Princípios de Regulação Econômica

Falhas de mercado e regulação. Modelos regulatórios: price-cap, revenue cap, rate of return, benchmarking, regulação por contrato. Estrutura da regulação no Brasil.

importância da regulação econômica; compreender os principais modelos de regulação utilizados e com aplicações; compreender a regulação do setor de saneamento no Brasil e sua estrutura – papéis das agências reguladoras nacionais e subnacionais.

Leituras Obrigatórias

HANSENCLEVER, L.; KUPFER, D. Economia Industrial: fundamentos e práticas no Brasil, 3 edição (ebook), Rio de Janeiro, Gen Atlas, 2020.

GALVÃO JR, A.C; PHILLIP JR, A. Regulação do Saneamento Básico. Rio de Janeiro: Manole, 2013.

DECKER, C. Modern Economic Regulation: An Introduction to the theory and practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Leituras Complementares

LAFFONT, J.J.; TIROLE, J. A theory of incentives in procurement and regulation. Cambridge: MIT Press, 1993.

HANSENCLEVER, L.; KUPFER, D. Economia Industrial – fundamentos teóricos e práticas no Brasil, 3 edição, Rio de Janeiro, Gen Atlas, 2020

Módulo IV – Introdução a Finanças

Introdução às Finanças e o papel dos mercados financeiros no desenvolvimento econômico. Risco e Retorno; Escolha ótima de carteira. Modelos de Precificação: CAPM, Modelo de fatores. Renda fixa. Eficiência de mercado. Introdução às Finanças comportamentais.

Leituras Obrigatórias

DANTHINE, J., DONALDSON, J. Intermediate Financial Theory. 2nd edition. Academic Press, 2011.

BODIE, KANE e MARCUS, “Investments”, 10ª edição, 2015

ILMANEM, A. Expected Returns – An Investor’s Guide to Harvesting Market Rewards Wiley, 2011.

SHLEIFER, A: Inefficient markets: An introduction to behavioral finance, 2000.

Leituras Complementares

Martellini, Priaulet e Priaulet, “Fixed Income Securities: Valuation, Risk Management and Portfolio Strategies”. 2003.

Elton, Gruber, Brown e Goetzmann, Modern Portfolio Theory and Investment Analysis. John Wiley & Sons, 2014.

Campbell, Lo e MacKinlay, The Econometrics of Financial Markets, 1997

Módulo V – Financiamento de Longo Prazo

A importância dos investimentos em Infraestrutura para o desenvolvimento econômico. O papel e a relevância dos mecanismos de financiamento. Estrutura e custo de capital. Financiamento via mercado de capitais. Financiamento via instituições públicas. Governança Corporativa e classificação de risco de crédito.

Leituras Obrigatórias

BONOMI, C. A. E MALVESSI, O PROJECT FINANCE NO BRASIL, SÃO PAULO, 3ª. EDIÇÃO. EDITORA ATLAS, 2008.

DA SILVEIRA, A.D.M. GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL E NO MUNDO – TEORIA E PRÁTICA. EDITORA CAMPUS, 2010.

ASSAF NETO. MERCADO FINANCEIRO. ED ATLAS, 2014.

CVM. MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIO BRASILEIRO, 3ª EDIÇÃO, 2014.

Leituras Complementares

ADB (2011): Public–Private Partnership Infrastructure Projects: Case Studies from the Republic of Korea

Alexander, I., Estache, A., & Oliveri, A. (2000). A few things transport regulators should know about risk and the cost of capital. World Bank. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=614947

Alexander, I., Mayer, C., & Weeds, H. (1996). Regulatory Structure and Risk and Infrastructure Firms: An International Comparison. Policy Research Working Paper 1698, World Bank
http://repository.essex.ac.uk/3048/1/802_wps1698.pdf

Anatel (2016). análise de impacto regulatório: reavaliação da regulamentação de mercados relevantes

Andrés, Luis & Iimi, Atsushi & Orfei, A. & Samad, Hussain. (2013). Impact Evaluation for Infrastructure: General Guidance and Existing Evidence.

ANEEL (2022a) <http://www.aneel.gov.br/regulacao-economica-de-transmissao>

ANEEL (2022b). http://www2.aneel.gov.br/cedoc/aren2020880_Proret_Submod_9_2_V4.pdf.

APMG (2016): Chapter 1 – PPP – Introduction and Overview

APMG (2016): Chapter 3 – project identification and PPP screening

APMG (2016): Chapter 4 – Appraising PPP Projects

ARAÚJO, C. BRAGANCA, G.G.F, MAC CORD, D.F. Capítulo 20 - A Lei 14.026/2020 e a remoção das barreiras ao investimento privado em Livro: Org. Dal Pozzo - O Novo Marco Regulatório Do Saneamento Básico, 2020.

ARAUJO, C. de BRAGANCA, G. e MAC CORD, D. em Capítulo 20: A Lei 14.026/2020 e a remoção das barreiras ao investimento privado em Dal Pozzo, A. Lei Federal 14.026/20: O Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico. Thomson Reuters. Revista dos Tribunais.

Armstrong et al (1999): regulatory reform – economic analysis and British experience

Armstrong, M., and Sappington, D. (2007). Recent Developments in the Theory of Regulation. In Handbook of Industrial Organization, Vol. III, Mark Armstrong and Robert Porter, eds. Amsterdam: North-Holland.
<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.196.304&rep=rep1&type=pdf>

Asian Development Bank (2007): theory and practice in the choice of social discount rate for cost-benefit analysis – a survey

Augusto Schreiner Haab (2021) (<https://www.conjur.com.br/2021-abr-15/haab-dialogo-competitivo-versus-manifestacao-interesse>)

Australian Government (2008): National Public Private Partnerships Guidelines – Volume 4 – Public Sector Comparator Guidelines

Australian Government (2013): Volume 5 – discount rate methodology guidance

Australian Government (2013): Volume 5 – discount rate methodology guidance

Averch, H., and Johnson, L.L. (1962). Behavior of the firm under regulatory Constraint. American Economic Review 52(5), 1052–1070.

Ayres e Braithwaite (1992) I. Ayres and J. Braithwaite, Responsive Regulation (Oxford, 1992)

Baldwin, R., Cave, M., and Lodge, M. (2011) Understanding regulation: theory, strategy, and practice. 2nd Edition. Oxford University Press, Oxford.

Banco Mundial. Kim, Jay-Hyung, Jonas Arp Fallov, and Simon Groom. Public Investment Management Reference

Baumol, W. J., and Klevorick, A, K. (1970). Input choices and rate of return regulation: an overview and discussion. Bell Journal of Economics, 1, 162-190.

- BID (2018). Ribeiro, Fioravanti, Cruvinel. Concessões de Infraestruturas de Transportes no Brasil Identificação de empreendimentos, marcos legais e programas federais nos segmentos aeroportuário, ferroviário, portuário e rodoviário de 1990 a agosto de 2018. NOTA TÉCNICA Nº IDB-TN-1532
- BRAGANÇA, G. G. F ; OWEN, S. ; ROMANO, T. . Electricity market operation: transitioning from a free market to a single buyer structure. Texto para Discussão (IPEA. Brasília) , v. 216, p. 1-32, 2016.
- BRAGANÇA, G. G. F. . Return on capital of Brazilian electricity distributors: A comparative analysis.. Energy Policy, v. 35, p. 2526-2537, 2007.
- BRAGANÇA, G. G. F. ; PESSOA, M. S. ; Rocha, K. . Intervenções Regulatórias, Volatilidade e Contágio: Uma Análise VIRF. Revista Brasileira de Finanças: RBFIn = RBFIn: Brazilian Finance Review , v. 12, p. 385-409, 2014;
- BRAGANCA, G. G. F. D. (2015). Risco regulatório no Brasil: conceito e contribuição para o debate. Boletim de Análise Político-Institucional Nnº7, Ipea.
- BRAGANÇA, G. G. F.; DAGLISH, T.. Investing in vertical integration: electricity retail market participation. Energy Economics, v. 67, p. 355-365, 2017
- BRAGANÇA, G. G. F.; ROCHA, K. ; CAMACHO, F. T. . Capítulo 14: Custo de Capital e a Nova Regulação de Telecomunicações. In: Lucia Helena Salgado e Ronaldo Seroa. (Org.). Regulação e Concorrência no Brasil: governança, incentivos e eficiência. 1ed.Rio de Janeiro: IPEA, 2007, p. 1-316.
- BRAGANCA, G.G.F ARAUJO, C. e MAC CORD, D. Capítulo 15: Saneamento: Agenda do Século 20 para o País do Século 21 em Giambiagi, F. O Futuro do Brasil, Ed. Atlas 1ª edição.
- BRAGANCA, G.G.F O financiamento de energias renováveis alternativas no Brasil. Boletim de Conjuntura FGV, 2017.
- BRAGANCA, G.G.F, & CAMACHO, F. T. Uma nota sobre o repasse de ganhos de produtividade em setores de infraestrutura no Brasil (Fator X). Radar n, 22. 2012.
- BRAGANCA, G.G.F, ARAÚJO, C. MAC CORD, D.F. Capítulo 15 - Saneamento: a agenda do século 20 para o país do século 21 em Livro: Org. Fabio Giambiagi. O FUTURO DO BRASIL - 1ªed. 2021.
- BRAGANÇA, G.G.F. Uma breve nota sobre financiamento privado de longo prazo e investimentos. Brasile m Desenvolvimento, IPEA Volume 2, capítulo 17 - 2014.
- BRAGANÇA, G.G.F; DAGLISH, T. Can market power in the electricity spot market translate into market power in the hedge market?. Energy Economics, v. 58, p. 11-26, 2016. DAGLISH, TOBY
- BRAGANÇA, G.G.F; PESSOA, M.; SOUZA, G.M.. Evolução recente do mercado de debêntures no Brasil: as debêntures incentivadas. Texto pra Discussão do IPEA 2158, 2015.

BRAGANCA, G. G. F., e CAMACHO, F. T. (2012). Uma nota sobre o repasse de ganhos de produtividade em setores de infraestrutura no Brasil (Fator X). Radar no 22, Ipea.

Brasil (2018c) Avaliação de Políticas Públicas Guia prático de análise ex post Volume 2. Casa Civil

Brasil (2018a). Diretrizes Gerais e Guia Orientativo para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório – AIR. Casa Civil.

Brasil (2018b) Avaliação de Políticas Públicas Guia prático de análise ex ante Volume 1. Casa Civil.

Brown, A. C., Stern, J., and Tenenbaum, B. (2006), Handbook for evaluating infrastructure regulatory systems, The World Bank.

Bruno Pereira (2015). <http://www.pppbrasil.com.br/portal/content/artigo-decis%C3%A3o-do-tcu-sobre-o-conv%C3%A2nio-entre-bndes-e-ebp-0>

CAA (2008). Economic regulation of Heathrow and Gatwick Airports, 2008-2013.

https://www.gatwickairport.com/globalassets/publicationfiles/business_and_community/regulation/economic_regulation/caa_regulatory_decision.pdf

Calderon, Cesar and Servén, Luis, (2004), The effects of infrastructure development on growth and income distribution, No 3400, Policy Research Working Paper Series, The World Bank.

Camacho e Rodrigues (2015a): Estruturação de projetos de infraestrutura: experiência internacional e lições para o Brasil.

Camacho e Rodrigues (2015b): Estruturação de projetos de infraestrutura no Brasil e os Procedimentos de Manifestação por Interesse.

Camacho, F. T e Rodrigues, B. (2014): Regulação econômica de infraestruturas: como escolher o modelo mais adequado?

CAMACHO, F. T. BRAGANÇA, G. G. F. ; PASIN, R. ; MARTELANC, R. . Capítulo 6 - Risco Regulatório. In: Roy Martelanc; Rodrigo Pasin. (Org.). Fusões & Aquisições Estratégias Empresariais e Tópicos de Valuation. 1ed. São Paulo: All Print, 2017, v. , p. 1-244.

Camacho, F. T., and Menezes, F. M. (2013). The impact of price regulation on the cost of capital. Annals of Public and Cooperative Economics, 84(2), 139-158.

CANNING, DAVID & PEDRONI, PETER. (2008). Infrastructure, Long-Run Economic Growth and Causality Tests for Cointegrated Panels. Manchester School.

CBIC (2018) Cláudio R. Frischtak, Marcos Hecksher, Gabriela Diniz, Marina Lobo. IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL DA PARALISAÇÃO DAS OBRAS PÚBLICAS. CBIC, 2018. https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Impacto_Economico_das_Obras_Paralisadas.pdf

CERI (2016) <https://ceri.fgv.br/sites/default/files/publicacoes/2019-01/cartilha-transporte-de-gas-natural-no-brasil-aspectos-regulatorios-fgv-ceri-jun-2016.pdf>

CERQUEIRA, Daniel; DE LIMA, Renato Sérgio; BRAGANÇA, Gabriel. Fundo Brasil Paz no Futuro: financiando a eficiência da segurança pública. Texto para Discussão 2077, 2015.

Chile, Gobierno del. Ministério de Desarrollo Social. Metodología General de Preparación y Evaluación Social de Proyectos. División de Evaluación Social de Inversiones. Santiago, 2013.

Crampes, C., and Estache, A. (1998). Regulatory trade-offs in the design of concession contracts. *Utilities Policy*, 7(1), 1-13.

Crew, M. A., and Kleindorfer, P. R. (2002). Regulatory Economics: Twenty Years of Progress? *Journal of Regulatory Economics* 21(1), 5-22.

Cruz e Marques (2013): Infrastructure Public-Private Partnerships – Decision, Management and Development

DAGLISH, T. BRAGANCA, G.G.F., Owen, S. e Romano, T. Pricing effects of the electricity market reform in Brazil. *Energy Economics* v. 97, p1-16, 2021

Dal Bó, E. (2006). Regulatory capture: a review. *Oxford Review of Economic Policy*, 22(2), 203-225.

Demsetz, H. (1968). Why Regulate Utilities? *Journal of Law and Economics*, 11(1), 55-65.

Égert, Balázs, Kozluk, Tomasz and Sutherland, Douglas, (2009), Infrastructure and Growth: Empirical Evidence, No wp957, William Davidson Institute Working Papers Series, William Davidson Institute at the University of Michigan.

Engel E. M. R. A., Fischer, R. D., and Galetovic A., (2001). Least-Present-Value-of-Revenue Auctions and Highway Franchising. *Journal of Political Economy*. 109(5), 993-1020.

EPEC (2014): Role and Use of Advisers in preparing and implementing PPP projects

Estache, A. (1997). Designing regulatory institutions for infrastructure – lessons from Argentina. *Public Policy for the Private Sector*, No 10, The World Bank

Estruturadora Brasileira de Projetos (2013): Apresentação sobre Aeroportos

European Commission (2014): Guide to cost benefit analysis of investment projects

FGV (2022a). Avaliação e proposição de alternativas para estrutura regulatória do setor de saneamento básico no Brasil preparado para: PNUD Contrato BRA10-707/38412/2020 Projeto BRA/19/015 PRODUTO II – AVALIAÇÃO DE MECANISMOS DE REGULAÇÃO

GERTLER, Paul J. et al. Avaliação de Impacto na Prática, segunda edição. World Bank Publications, 2018.

Gomez-Ibanez, J. (2003). *Regulating Infrastructure: Monopoly, Contracts and Discretion*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Green Book (2011): appraisal and evaluation in central government

Grimsey and Lewis (2004): *Discount Debates: Rates, Risk, Uncertainty and Value for Money*.

Grout (2002): *Public and Private Sector Discount Rates in Public-Private Partnerships*.

GUASCH (2004): *Granting and renegotiating infrastructure concessions: doing it right*.

Harberger, Arnold C. "Basic Needs versus Distributional Weights in Social Cost-Benefit Analysis" *Economic Development and Cultural Change* 32(3), 455-474. April 1984. *Guide. International Development in Practice*. Washington, DC: World Bank. 2020.

HM Treasury (2008): *Competitive Dialogue in 2008 – OGC/HMT joint guidance on using the procedure*

Hodges and Deallacha (2007): *Unsolicited Infrastructure Proposals*

Hughes, T.P. (1983). *Networks of Power: Electrification in Western Society 1880-1930*, Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

IFC (2014): *Full speed ahead – economic cost benefit analysis pave the way for decision making*

IFC (2015). Pinheiro, Armando Castelar, et al. "Estruturação de Projetos de PPP e Concessão no Brasil: diagnóstico do modelo brasileiro e propostas de aperfeiçoamento." (2015). *Estruturação de Projetos de PPP e Concessão no Brasil: Diagnóstico do modelo brasileiro e propostas de aperfeiçoamento*.

Infrastructure and Projects Authority (2020). *Infrastructure Business Case: International Guidance*. HM Treasury, London, UK.

Infrastructure Australia (2013): *Reform and Investment Framework Templates for Use by Proponents: Templates for Stage 7 Solution evaluation*.

Infrastructure Partnerships Australia (2015): *Performance of PPPs and Traditional Procurement in Australia*.

Iossa e Martimort (2011): *The Theory of Incentives Applied to the Transport Sector*

ITF(2018): *Investment in Transport Infrastructure: Dealing with Uncertainty in Contracts*.

JACOB, F.E; BRAGANÇA, G.G.F. *Eficiência Financeira das Distribuidoras de Energia no Período de 2011 a 2014: uma análise comparativa usando DEA*. Texto pra Discussão 2278, Ipea. 2017.

Joskow (2006): *Regulation of natural monopolies*

Joskow, P. L. (2007). *Regulation of Natural Monopolies*. Chapter 16, *Handbook of Law and Economics*. A. M. Polinsky & S. Shavell (Eds.), Amsterdam, Elsevier.

Joskow, P.L. (1972). 'The Determination of the Allowed Rate of Return in Formal Regulatory Hearings. *Bell Journal of Economics*, (3), 632–644.

Joskow, P.L. (2006). *Incentive Regulation in Theory and Practice: Electricity Distribution and Transmission Networks*, Cambridge Working Papers in Economics 0607, Faculty of Economics, University of Cambridge.

KARASAVIDIS, SIMILE. 'Build and operate' increasingly common in social infrastructure. *World Bank Blogs*. Maio, 2018. <https://blogs.worldbank.org/ppps/build-and-operate-increasingly-common-social-infrastructure>

Kee (2005): Cost Benefit Analysis. In *Encyclopedia of Social Measurement*, Volume 1

KPMG (2021). Brasil busca futuro com água limpa: Um novo marco legal deverá permitir a transformação do saneamento básico por meio de investimentos privados. <https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2021/05/brasil-busca-futuro-com-agua-limpa.html> acessado em 06/09/2021.

Laffont e Tirole (1993): a theory of incentives in procurement and regulation.

Laffont, J. J., & Tirole, J. (1993). *A Theory of Incentives in Procurement and Regulation*. Cambridge, MA: MIT Press.

Levy, P. M., Villela, R., Barros, R. P. D., Carvalho, M. D., Marinho, A., Franco, S., ... & Giambiagi, F. (2006). Uma agenda para o crescimento econômico e a redução da pobreza. Peci, A., Ragazzo, C., de Bragança, G. G. F., &

Lins (2017). Bernardo Felipe Estellita Lins. *HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL*. Estudo Técnico. Consultoria Legislativa. 2017.

Littlechild, S.C. (1983). *Regulation of British Telecommunications' Profitability*, London: HMSO.

MATTOS, C. ; BRAGANÇA, G. G. F. . Capítulo 6: O Debate dos Preços de Interconexão em Telefonia no Brasil. In: Lucia Helena Salgado; Ronaldo Seroa da Motta. (Org.). *Marcos Regulatórios no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005

Mayer and Vickers (1996): *Profit-Sharing Regulation: An Economic Appraisal*

McAfee, R. P., and McMillan, J. (1987). Auctions and bidding. *Journal of Economic Literature*, 25, 699-738.

MEADE, R. BOYLE, G. ; EVANS, L. ; BRAGANÇA, G. G. F. ; LU, A. . *Forest Valuation under Carbon Pricing: A Real Options Approach*. 1. ed. Dusseldorf: Springer-Verlag, 2009. v. 1. 208p; Rocha, K. ; Camacho, F. T.

Ministério Da Economia (2021). *Guia Geral de Análise Socioeconômica de Custo-Benefício de Projetos de Investimento em Infraestrutura*. <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/guia-geral-acb.pdf/view>.

Ministério da Economia (2021): *Guia de Análise Custo-Benefício de Projetos de Investimento em Infraestrutura*

National Audit Office (2003): *PFI – Construction Performance*

National Audit Office (2009): Performance of PFI Construction

National Audit Office (2018): PFI and PFI2

Newbery (1998): Rate-of-Return Regulation Versus Price Regulation for Public Utilities

Newbery (2000): privatization, restructuring and regulation of network utilities

Oxera (2002): A social time preference rate for use in long term discounting

Paleari, S., & Redondi, R. (2005). Regulation Effects on Company Beta Components. Bulletin of Economic Research, 57(4), 317-346.

Partnerships Victoria (2001): Value for Money and Public Sector Comparator

Penny Alexander, Kate Kelleher, Tom Bleby (2020) The case for market-led proposals as part of Australia's COVID-19 recovery <https://www.allens.com.au/insights-news/insights/2020/05/case-for-market-led-covid19/>

Petrov (2019): Introduction to Network Regulation Module 1: Principles of Price Regulation

Phillips, C.F. Jr. (1993). The Regulation of Public Utilities: Theory and Practice, Arlington, VA: Public Utilities Report, Inc.

Pimenta (2009). SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA EXPLORADOS EM REGIME JURÍDICO DE DIREITO PRIVADO
André Patrus Ayres Pimenta
https://www.aneel.gov.br/documents/656835/14876412/Patrus_Andre_Servicos.pdf/ffc80d3e-5340-442a-9f0b-bc798acc78b6

POMPERMEYER, F., MAC CORD, D. e BRAGANCA, G. Capítulo 11: Agenda da Infraestrutura: Planejamento e Regulação em Giambiagi, F. o Futuro do Brasil, Ed. Atlas 1ª edição.

Robinson, T. A., & Taylor, M. P. (1998). Regulatory uncertainty and the volatility of regional electricity company share prices: the economic consequences of Professor Littlechild. Bulletin of Economic Research, 50(1), 37-46.

ROCHA, K. (2018). Risco Regulatório e efeitos sobre investimentos: Uma agenda de melhoria regulatória e de fortalecimento da governança institucional. DE NEGRI, JA; ARAÚJO, BC; BALECETTE, R. Desafios da Nação: artigos de apoio. Brasília: Ipea.

ROCHA, K.; CAMACHO, F. T.; BRAGANÇA, G. G. F. . Capítulo 11: Remuneração de Capital das Distribuidoras de Energia Elétrica. In: Lucia Helena Salgado; Ronaldo Seroa. (Org.). Regulação e Concorrência no Brasil - governança, incentivos e eficiência. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

ROCHA, Katia; MOREIRA, Ajax Reynaldo Bello; DE BRAGANÇA, Gabriel Godofredo Fiuza. Instituições e investimentos privados em infraestrutura nas economias emergentes. Texto para Discussão, 2018.

Salvanes and Tjotta (1998): A Test for Natural Monopoly with Application to Norwegian Electricity Distribution

Saussier e Tirole (2015): Strengthening the efficiency of public procurement

SIGNORELLI, S. SOUZA JR. J.R. e BRAGANCA, G.G.F. Capítulo 7: Regulação, Competição e Produtividade em Souza JR. J.R. Giambiagi, F. (org) O Desafio da Produtividade: Como tirar o Brasil da armadilha da renda média. Lux Editora, 2014.

SOBRINHO, E.S e BRAGANCA, G.G.F Capítulo 10: O dia depois do amanhã do saneamento no Brasil. Em Saneamento básico: uma Lei e um Marco / coordenado por Geninho Zuliani, Augusto Neves Dal Pozzo. - Belo Horizonte : Fórum, 2023.

SOBRINHO, E.S, BRAGANCA, G.G.F. e GUZELA, R.P. Capítulo 29: Transição energética no contexto regulatório do PL do Mercado de Carbono e do Decreto nº 11.075/2022. Em GIACOBBO, D. G. Segurança e Transição Energética. Synergia Editora, 2022.

SOBRINHO, E.S, BRAGANCA, G.G.F. e GUZELA, R.P. Capítulo 8: Reflexões Econômicas e Jurídicas sobre Sinais Locacionais no Setor Elétrico Brasileiro Reflexões Econômicas e Jurídicas sobre Sinais Locacionais No Setor Elétricos Brasileiro. Em Garcia Neto, U, M. (org.) A Interface do Direito de Energia Tomo II. Synergia Editora, 2023.

Subramanian (2020) Dealmaking: the new strategy of negotiauctions

The Green Book: Central Government Guidance on Appraisal and Evaluation: HM Treasury, London, UK: OGL Press, 2018 (also available online on [www. gov. uk/government/publications](http://www.gov.uk/government/publications)), ISBN 978-1-912225-57-6." (2019).

VÉRAS, Rafael; BRAGANCA, G.G.F., O valor justo indenizatório e o equilíbrio econômico-financeiro das concessões. FGV Transportes. 2022.

World Bank (2005): Transport notes TRN 5

World Bank (2014): Unsolicited Proposals – An Exception to Public Initiation of Infrastructure PPPs.

World Bank (2017a): How to undertake a competitive dialogue procurement process

World Bank (2017b): Benchmarking public private partnerships procurement

World Bank (2017c): Policy guidelines for managing unsolicited proposals in infrastructure projects – Volume 3.

World Bank (2018): Procuring infrastructure partnerships

Yates (2009): Cost-inclusive Evaluation: A Banquet of Approaches for Including Costs, Benefits, and Cost–effectiveness and Cost–benefit Analyses in your Next Evaluation.

Anexo I - Diretrizes para Elaboração do Trabalho Final

Tema do Trabalho

Análise de reforma legal, política pública ou política regulatória de relevo para setores de infraestrutura, com base nos conteúdos trabalhados, que foque os incentivos positivos e/ou negativos da medida sobre a estrutura e eficiência do mercado analisado, financiabilidade do setor e, em última instância, o bem-estar social.

Forma do Trabalho

O trabalho deve ter a forma de um Relato Técnico, conforme diretrizes estabelecidas e utilizadas pela Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP):

Relato Técnico é um formato de comunicação escrita que tem por objetivo facilitar o diálogo técnico-científico entre práticos e acadêmicos que atuam na área de Administração Pública. O relato técnico é formato adequado para aqueles que querem comunicar uma experiência de mudança organizacional, processo decisório, avaliação ou análise prescritiva de política pública, proposta de intervenção governamental ou um caso de governança de atores na esfera pública. O relato técnico deve gerar aprendizado para a melhoria prática da Administração Pública, suas políticas, instituições e a governança pública.

Título

Máximo de 15 palavras. Deve ser apresentado o título em português e inglês.

Resumo

Deve ter uma extensão mínima de 100 e máxima de 150 palavras. No texto, é necessário explicitar o problema público que a norma/proposição legislativa ou decisão judicial visa atacar, o objetivo da política/programa/ação/intervenção, os resultados da experiência/formulação/implementação e as principais recomendações práticas.

Abstract:

Segue as mesmas regras do resumo em português.

Palavras-Chave

Indicar de 3 a 5 palavras-chave separadas entre si por ponto e vírgula.

Keywords

Seguem as mesmas regras das palavras-chave em português.

Tamanho e formatação

A extensão deve ser de 8 a 12 páginas. Os artigos devem ser digitados com fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas 1,5 e texto justificado. A configuração da página deve ser feita no padrão A4, com margens superior e esquerda de 3 cm e inferior e direita de 2 cm.

Estrutura Sugerida para o Trabalho

Introdução: contexto e antecedentes político-administrativos, diagnóstico do problema público, objetivo da política/programa/ação/intervenção.

Corpo do trabalho: relato dos dispositivos da proposta de política/programa/ação/intervenção, possíveis opções alternativas para se atingir o objetivo, avaliação dos dispositivos adotados, a partir de conceitos microeconômicos e financeiros discutidos no curso, e das possíveis soluções alternativas, identificação dos impactos econômicos, financeiros e sociais, análise de eficiência, metodologia adotada para implementação/avaliação, fatores críticos de sucesso ou insucesso, aprendizados, recursos financeiros-orçamentários, aspectos políticos, aspectos técnicos, aspectos administrativos, aspectos jurídicos etc.

Recomendações e conclusões: comparação entre as possíveis soluções para o problema público, recomendações para o tomador de decisão, ajustes necessários etc.

Referências: apresentar todas as fontes consultadas.